

COLETORES DO COTIDIANO: o jornalista literário, o antropólogo e suas idas ao campo

Copyright © 2018
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

BEATRIZ GUIMARÃES DE CARVALHO
Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, Brasil
ORCID: 0000-0001-8510-8755

RAFAEL DE ALMEIDA EVANGELISTA
Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, Brasil
ORCID: 0000-0001-5446-5792

DOI: 10.25200/BJR.v14n3.2018.1120

RESUMO – Jornalistas literários e antropólogos vão a campo com ferramentas e buscas em comum. Ambos usam a escuta e a observação para estabelecer contato com o Outro – o grupo pesquisado – e, assim, identificar, compreender e interpretar relações e cenas cotidianas. Apesar das proximidades, a conduta de cada um deles em campo sofre interferências devido a particularidades carregadas na bagagem: condições de produção, vínculos de trabalho, papéis sociais, princípios metodológicos, ética profissional e compromisso com o produto final – a pesquisa científica ou a reportagem literária. Neste artigo, levantamos uma reflexão teórica acerca das conexões e contrastes entre o trabalho de campo praticado pelo jornalista literário e pelo antropólogo. Ao mesmo tempo, buscamos refletir sobre o que caracteriza cada um desses profissionais-pesquisadores e suas respectivas disciplinas. Para tal, são explorados autores como Harrington (2003), Martinez (2008, 2017), Lago (2010), Brandão (2007), Travancas (2002, 2014) e Gillespie (2012).

Palavras chave: Jornalismo literário. Antropologia. Trabalho de campo. Reportagem. Etnografia.

COLECTORES DEL COTIDIANO: EL PERIODISTA LITERARIO, EL ANTROPÓLOGO Y SUS IDAS AL CAMPO

RESUMEN – Periodistas literarios y antropólogos van al campo con herramientas y búsquedas en común. Ambos usan la escucha y la observación para establecer contacto con el Otro – el grupo investigado – y así identificar, comprender e interpretar relaciones y escenas cotidianas. A pesar de las similitudes, la conducta de ambos en campo sufre interferencias debido a particularidades cargadas en el equipaje: las condiciones de producción, los vínculos de trabajo, los papeles sociales, los principios metodológicos, la ética profesional y el compromiso con el producto final – la investigación científica o el reportaje literario. En este artículo, levantamos una reflexión teórica acerca de las conexiones y contrastes entre el trabajo de campo practicado por el periodista literario y el antropólogo. Al mismo tiempo, buscamos reflexionar sobre lo que caracteriza cada uno de esos profesionales-investigadores y sus respectivas disciplinas. Con este objetivo, se exploran autores como Harrington (2003), Martinez (2008, 2017), Lago (2010), Brandão (2007), Travancas (2002, 2014) y Gillespie (2012).

Palabras clave: Periodismo literario. Antropología. Trabajo de campo. Reportaje. Etnografía.

COLLECTORS OF THE EVERYDAY LIFE: the literary journalist, the anthropologist and their fieldwork

ABSTRACT – Literary journalists and anthropologists conduct their fieldwork with similar tools and goals. Both use listening and observation to establish contact with the Other – the researched group – and thus identify, understand and interpret everyday interactions and scenes. In spite of the similarities, their conduct in the field suffers interference due to certain particularities of each one of them: the condition of production, the professional relations, the social roles, the methodological principles, the professional ethics and the commitment to the final product – the scientific research or the literary reporting. In this article, we raise a theoretical reflection about the connections and contrasts between the fieldwork practiced by literary journalists and anthropologists. At the same time, we seek to reflect on what characterizes each of these professional-researchers and their respective disciplines. For this purpose, we explore authors such as Harrington (2003), Martinez (2008, 2017), Lago (2010), Brandão (2007), Travancas (2002, 2014) and Gillespie (2012).

Key words: Literary journalism. Anthropology. Fieldwork. Reporting. Ethnography.

1. Introdução

Mariza Corrêa (1945-2016), antropóloga que atuou como docente na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) por mais de trinta anos, certa vez disse em entrevista que, originalmente, queria ser escritora. Mesmo depois de ter se formado em jornalismo e de ter trabalhado em diversas redações, a vontade de fazer literatura ainda a acompanhava. Um dia, o amigo e antropólogo Peter Fry a disse que não era preciso ser escritora ou ter formação em literatura para poder contar histórias; ela poderia fazer uma “literatura disfarçada de antropologia” (Anpocs, 2006). Mariza seguiu o conselho: tornou-se antropóloga, mas levou adiante os atributos de jornalista e de literata, principalmente no que diz respeito ao trato com os entrevistados e à escrita leve, que faz o leitor esquecer que está a ler um texto acadêmico. Exemplo disso é o trecho a seguir, retirado do trabalho *Não se nasce homem*:

Em 1958, uma moça, depois conhecida na literatura médica como ‘Agnes’, de aparência feminina e com seios, apesar de ter um aparato genital masculino completo, procurou o doutor Robert Stoller e o convenceu de que havia ‘nascido mulher num corpo (parcialmente) de homem’: tão grande foi seu convencimento que a equipe da qual o médico participava concordou em operá-la, realizando nela, sem o saberem, uma das primeiras operações trans-sexuais, hoje famosas nas revistas de variedades e nas novelas de televisão. No entanto, conforme se soube depois, Agnes foi uma agente decisiva de sua própria transformação: tomando estrogênio receitado

para sua mãe, desde os doze anos de idade, foi aos poucos transformando um corpo de menino num corpo de moça – transformação essencial (o adjetivo não é casual) para o convencimento do médico (Corrêa, 2004, p. 6).

Tais cruzamentos entre antropologia, jornalismo e literatura ajudaram a tecer, no final do século XIX e início do século XX, os trabalhos do sociólogo Robert Park (1864-1944); da repórter do *The New York World*, Nellie Bly (1864-1922); e do escritor e jornalista George Orwell (1903-1950). Por meio da imersão em campo, de entrevistas e de intenso trabalho de observação, aliados a uma escrita narrativa, com minuciosa descrição e humanização dos personagens, eles geraram estudos e reportagens capazes de retratar paisagens, cenas e relações do cotidiano de determinadas comunidades, fossem as periferias urbanas de Chicago, os corredores de um hospital psiquiátrico de Nova Iorque ou os albergues de Paris e Londres. Suas técnicas e textos os aproximam do que hoje se conhece por jornalismo literário, jornalismo narrativo, *new journalism* ou jornalismo etnográfico – sendo este último o que mais carrega no nome a afinidade com o fazer antropológico. Aqui, utilizaremos o termo *jornalismo literário* e falaremos dessas interconexões entre os campos, buscando problematizar seus diferentes usos e práticas de trabalho/pesquisa.

Travancas (2002; 2014), Harrington (2003), Rovida (2015), Lago (2010), Singer (2009), Seibt (2013) e Silva (2013) são alguns dos autores que produziram análises relevantes a partir de analogias entre o jornalismo literário e a antropologia. Contudo, de maneira geral, ainda são predominantes as discussões que se voltam mais aos produtos do trabalho de antropólogos e jornalistas literários – como relatos etnográficos e reportagens literárias, respectivamente – e menos aos métodos e práticas empregados por esses profissionais-pesquisadores em campo, ainda que um seja visto como resultado do outro. Neste artigo, buscamos tratar justamente dos procedimentos de coleta de materiais e das experiências surgidas no encontro entre esses profissionais-pesquisadores e as comunidades que se propõem retratar. Assim, procuramos entender o jornalismo literário e a antropologia não como destinos, mas como percursos, práticas e disciplinas que têm certos pontos de contato e certas especificidades.

Para Martinez (2017), é possível encontrar aparições do jornalismo literário em diferentes momentos da história, culminando em uma caracterização mais concreta em meados do século XVIII. Entretanto, é apenas nas décadas de 1960 e 1970 que se dá o auge

do reconhecimento desse gênero, quando autores norte-americanos como Tom Wolfe, Gay Talese, Truman Capote e Norman Mailer passam a difundir o estilo de reportagem imersiva que se convencionou chamar de *new journalism*. Apesar dessa longa trajetória, segundo a autora, a definição do jornalismo literário não é consenso entre os estudiosos do tema, seja no Brasil ou no exterior. Não à toa, Martinez (2017) resgata a expressão do jornalista e professor norte-americano Mark Kramer, que se referiu ao jornalismo literário como uma forma “you-know-it-when-you-see-it”, querendo dizer que só é possível reconhecer esse gênero quando nele se esbarra.

Mesmo diante da dificuldade de elaborar conceitos precisos, diferentes autores têm discutido os traços e atributos que permeiam esse fazer jornalístico. Necchi (2009, p. 103) afirma que o jornalismo literário se caracteriza pela fuga de “olhares pré-formatados” e pela capacidade de romper “visões óbvias ou hegemônicas sobre a realidade”. Ele traz como elementos principais dessa prática a profunda observação e imersão na história a ser contada, possibilitando uma rica coleta de detalhes e percepções. Pena (2007, pp. 48-49) acrescenta que se trata de “potencializar os recursos do jornalismo”, afrouxando as amarras do *lead*, do fato e da novidade para encontrar um olhar amplo sobre o mundo – levando em conta o recorte estabelecido. Portanto, mais do que uma forma de costurar ideias e palavras, o jornalismo literário seria uma maneira de enxergar, vivenciar e compreender o cotidiano, mesmo que seu nome diga mais sobre seu produto – o texto jornalístico com traços de literatura – do que sobre sua prática.

O jornalismo literário se destaca do noticioso – predominante nos grandes veículos de comunicação – não somente em sua forma final, mas também em seus procedimentos de coleta e produção de informações, os quais são geralmente baseados em longos períodos de trabalho de campo vivenciados pelo repórter em meio aos lugares, personagens e relações que pretende retratar. Nesse sentido, envolve todo um conjunto diferente de questões que são colocadas em operação na produção da matéria, além de uma relação especial que estabelece com seus interlocutores (sejam eles atores humanos ou não humanos).

Assim, o jornalismo literário constrói um caminho particular desde a escolha da pauta, passando por todas demais as etapas de produção. E talvez esteja no trabalho de campo o seu maior desafio e sua maior potência, pois sem a escuta e o olhar atentos e sem uma cuidadosa coleta de elementos (estruturais e simbólicos), não

há nada que possa ser transposto ao papel. Nesse sentido, Bak faz uma convocação: “we should stop referring to literary journalism as a genre (Wolfe, Connery), or even as a form (Sims, Hartsock), and start calling it what it is: a discipline” (Bak, 2011, p. 18). Surge, então, a necessidade de tomar o jornalismo literário não como um gênero aprisionado entre o jornalismo e a literatura, mas como uma terceira via capaz de percorrer brechas e desvios independentes, ainda que inevitavelmente permeada por influências de um campo e de outro. Por isso, neste artigo, compreendemos o jornalista literário não como um meio-termo entre o jornalista e o literato, mas como um profissional-pesquisador com seus próprios fins, estratégias e maneiras de estar em campo. Diante disso, cabe refletir sobre sua prática tendo em perspectiva o trabalho do antropólogo.

Para Oliveira (2007), o ofício do antropólogo se ancora na “capacidade de desvendar ou de interpretar evidências simbólicas” que sirvam à compreensão do Outro – objetivo central da disciplina, segundo o autor –, “seja ele constituído por uma sociedade diferente ou por um grupo social distante do pesquisador que num segundo momento pode ser intelectualmente redefinido como a própria sociedade ou grupo social a que ele pertence” (Oliveira, 2007, pp. 9-10). A busca por tal entendimento se daria, principalmente, pela captação das perspectivas que vêm de dentro da própria comunidade pesquisada, ou seja, pelo ponto de vista do “interno” (à comunidade), do “nativo”, do “ator”. Dessa forma, coletando “evidências simbólicas” – referentes às formas de ser, estar e interagir, às práticas sociais e discursivas – e partindo de situações locais, seria possível refletir sobre questões universais da vida social. Nesse mesmo sentido, Lago (2010) defende que o trabalho de campo e a consequente experiência com a alteridade estiveram na base da organização da antropologia como disciplina autônoma. Segundo a autora, o encontro entre o antropólogo e o Outro se coloca de maneira tão essencial que, muitas vezes, é tido como a antropologia em si, especialmente por ser o momento da concretização do contato entre sujeito e objeto.

Assim como o jornalismo literário – guardadas as devidas particularidades –, a antropologia tem como base de seu trabalho, como seu procedimento metodológico mais emblemático, a reflexão sobre as maneiras de ver, vivenciar e compreender a vida comum. Essa é sua estratégia para buscar entender as formas particulares e universais que os seres humanos constroem para organizar sua vida social. Tanto jornalistas literários como antropólogos operam seu trabalho sendo coletores do cotidiano. São profissionais-

pesquisadores que vão a campo com o olhar e a escuta atentos para coletar elementos estruturais e simbólicos da vida comum, incluindo cenas, cenários, relações humanas e não humanas, diálogos e modos de organização política e social.

2. Estratégias de coleta

Gillespie (2012) argumenta que jornalistas literários e antropólogos se aproximam, uma vez que ambos têm como eixo de sustentação de seus trabalhos o período de imersão na comunidade pesquisada, o qual é preenchido por entrevistas e momentos de observação direta e participante. Para ambos, o trabalho de campo se estabelece como um tempo-espaço de vivência, de encontro, de coleta de percepções e de produção de conhecimento. No campo, o planejamento, as pautas e as hipóteses são postos à prova conforme o Outro toma forma e se revela. Ao mesmo tempo, a proposta, antes restrita ao papel, faz seu contato com o “real” e começa a ganhar contornos. O trabalho de campo seria, portanto, um novo parto da ideia, no qual a pesquisa e as perguntas se reformulam. Como um repórter que não se dá por vencido quando sua pauta “cai”, e busca nos motivos dessa queda um novo impulso para o entendimento, o antropólogo deve estar sempre preparado para reimaginar sua investigação a partir dos referenciais que seus sujeitos de pesquisa lhe retrucam. Dessa forma, ambos produzem conhecimento a partir do contato, da experiência comunicativa, colocando em xeque os conceitos já prontos, produzidos no laboratório/redação.

Para que consigam, de fato, tirar proveito da experiência em campo, tanto jornalistas literários como antropólogos necessitam de tempo. Diferentemente do jornalismo noticioso, em que, durante a cobertura de um acontecimento, basta ao repórter que visite brevemente o referido local ou mesmo que se informe via internet ou telefone, no jornalismo literário, o profissional-pesquisador procura vivenciar o contexto a ser retratado até que este se torne familiar. Gay Talese (1932-), por exemplo, investiu quase dez anos de pesquisa de campo na produção do livro-reportagem *A mulher do próximo*, que explora a transformação da vida sexual dos norte-americanos nas décadas de 1960 e 1970. No caso dos antropólogos, a imersão por longos períodos é ainda mais comum, visto que muitos dedicam boa parte de sua carreira à pesquisa de uma mesma comunidade. Bronisław Malinowski (1884-

1942), considerado o pai da antropologia social britânica e lembrado por suas longas expedições para investigar povos da Austrália e outras ilhas do Pacífico Ocidental, defendia a necessidade do convívio contínuo entre pesquisadores e pesquisados até a dissolução das fronteiras entre eles – ainda que hoje se entenda essa quebra de barreiras como uma utopia –, não sendo suficiente o contato esporádico ou mediado.

Viver numa aldeia com o único propósito de observar a vida nativa permite acompanhar repetidamente costumes, cerimônias e transações e acumular exemplos das suas crenças e do modo como são realmente vividas (...) por outras palavras: existem vários fenômenos de grande importância que não podem ser recolhidos através de questionários ou da análise de documentos, mas que têm de ser observados em pleno funcionamento. Chamemo-lhes os *imponderabilia* da vida real. Neles se incluem coisas como a rotina de um dia de trabalho, os pormenores relacionados com a higiene corporal, a maneira de comer e de cozinhar; a ambiência das conversas e da vida social em volta das fogueiras da aldeia, a existência de fortes amizades ou hostilidades e os fluxos dessas simpatias e desgostos entre as pessoas, o modo subtil mas inequívoco como as vaidades e ambições pessoais têm reflexos sobre o comportamento do indivíduo e as reacções emocionais de todos os que o rodeiam (Malinowski, 1978, p. 31, grifo do autor).

Importante ressaltar, entretanto, que o campo pesquisado nem sempre é um universo distante do habitat natural do antropólogo. Da mesma forma, o Outro nem sempre é culturalmente ou geograficamente distante. Há muito a antropologia deixou de ser uma ciência predominantemente voltada aos estudos sobre comunidades exóticas do ponto de vista étnico, racial e cultural – em geral a partir da perspectiva do homem branco ocidental –, e expandiu-se a quaisquer populações, inclusive urbanas. O Outro e, conseqüentemente, o campo pode estar dentro da instituição em que trabalha o antropólogo. Nesse caso, ele emerge como Outro numa produção dada pelo próprio exercício de pesquisa de desnaturalização e de produção de estranhamentos.

O mesmo ocorre no jornalismo literário: o campo e o Outro podem estar dentro da redação em que trabalha o repórter. Essa determinação do sujeito de pesquisa ou do sujeito da reportagem não lida com essências, com diferenças que possam ser colocadas como existentes em uma materialidade, deslocada dos corpos que produzem a pesquisa ou a reportagem. Ela se faz justamente pelo trabalho exercido ou passa a ter sua existência social reconhecida a partir dele e por meio dele. Dito isso, tanto no jornalismo literário como na antropologia, nota-se que o campo só se torna campo e o Outro só se torna Outro quando vistos pela lente do profissional-pesquisador. Isso

significa entender o caráter cultural e social da diferença, para poder operar sobre ela ou apesar dela, em movimentos de aproximação daquele que é tido como diferente ou de distanciamento daquele que é naturalizado como igual. Assim, se produz um conhecimento capaz de criar pontes de entendimento com o tido como incompreensível, da mesma forma que permite reimaginar o que é tido como natural.

Nesse percurso, cada profissional-pesquisador opera técnicas e procedimentos de trabalho levando em conta sua subjetividade e seu modo de interagir com o Outro. Para facilitar o mergulho no campo, é comum que jornalistas e antropólogos contem com o auxílio de um “informante”, indivíduo pertencente à comunidade pesquisada que possa não apenas estabelecer as pontes de contato entre o profissional-pesquisador e o Outro, mas que também ofereça um “olhar de dentro”, um guia por entre os significados e experiências encontrados em campo (Rovida, 2015). Com isso, busca-se desconstruir o olhar estrangeiro do profissional-pesquisador e quebrar – o quanto for possível – as barreiras linguísticas e culturais, permitindo emergir um espaço de mediação e diálogo social, como nomeia Cremilda Medina (1996), que trata mais especificamente do jornalismo. Para a autora, à medida que o jornalista se dedica a observar, perceber, interpretar e narrar a complexidade do “real”, ele adquire os contornos de um leitor cultural. Medina descreve essa missão em quatro atos:

O ato jornalístico exige um olhar sutil e indiscreto do leitor cultural; uma visão complexa apta a recolher a polifonia e a polissemia do contexto sócio-cultural; e a relação dinâmica entre eu e o outro. No ato analítico, decifrador, são fundamentais o amplo repertório mítico, aptidões transculturais e osmotópicas, bem como a clareza que elucide caminhos de ruptura. Ao desembocar no ato expressivo, mobilizam-se a competência de narrador; fluência e regência de vozes; precisão, coerência e polissemia sintética da palavra-revelação. Um quarto e último princípio norteador propõe, após a interpretação (decifração) de determinada situação, a incorporação ao processo de mediação social de uma nova compreensão de realidade (Medina, 1996, p. 33).

Apesar de direcionada ao trabalho do jornalista, a ação do leitor cultural trabalhada por Medina possui elementos que se estendem ao fazer antropológico, guardadas as devidas particularidades de cada um dos campos. Nesse sentido, vê-se que a sequência de quatro atos tem como ponto de partida – e até mesmo como essência – o trabalho de campo, o encontro com o Outro. É nesse tempo-espaço que os profissionais-pesquisadores conduzem a coleta de elementos estruturais e simbólicos – ou a coleta do cotidiano –, lançando mão de

técnicas e procedimentos em alguma medida semelhantes, geralmente combinando observação direta, observação participante e entrevistas, moldadas conforme os objetivos e o contexto do trabalho de cada um. Arelado à coleta, o registro desses materiais costuma ser feito em arquivos de vídeo, gravações sonoras e/ou na forma de diário (Singer, 2009), documentos esses que, mais tarde, servirão de apoio à tarefa de descrição, interpretação e compreensão da comunidade pesquisada.

Enquanto os elementos estruturais correspondem aos modos de organização social, política e cultural de determinada comunidade, os elementos simbólicos estão relacionados a interações e relações – por exemplo, entre um indivíduo e outro ou entre a comunidade e o território – que não estão necessariamente postas ou visíveis. A coleta desses ingredientes exige que o profissional-pesquisador utilize os cinco sentidos para captar gestos, tonalidades, temperaturas e ruídos. No excerto a seguir, Necchi exemplifica os elementos simbólicos cuja percepção é essencial ao jornalismo literário e também à antropologia, visto que permitem apreender novas dimensões da relação entre o Outro e seu entorno.

Além do visto, o não-visto – pensamentos, sentimentos, emoções – é descrito a partir de um trabalho de campo efetivo, de uma apuração vigorosa, de uma entrevista pautada pelo tempo farto, pela atenção e pela acuidade. Os sentidos do repórter se encontram permanentemente alertas na leitura dos acontecimentos – seja uma cor esmaecida, um sopro quente, um aceno interrompido, uma textura áspera, um aroma inesperado, um suspiro que se liberta, um ranger intermitente (Necchi, 2009, p. 103).

Além da coleta do simbólico, é essencial ao trabalho de campo de ambos os profissionais-pesquisadores a coleta de discursos, feita por meio de entrevistas. Enquanto o antropólogo emprega técnicas de entrevista em profundidade, validadas cientificamente e bastante presentes nas ciências sociais, o jornalista literário lança mão de estratégias próprias da tradição jornalística – em que se busca respostas para perguntas previamente imaginadas –, porém de maneira mais aprofundada, aberta e flexível do que comumente se faz no jornalismo noticioso. Em ambos os casos, busca-se capturar do entrevistado um discurso não ensaiado, não oficial. Procura-se, mais uma vez, coletar o comum, o cotidiano, em meio às diferentes camadas dispostas. Por esse motivo, as entrevistas, em geral, são realizadas sem um roteiro fixo e baseadas em questionamentos amplos, podendo demandar horas ou dias de trabalho. Travancas ressalta que as perguntas não devem colocar o pesquisador numa camisa de força:

A princípio, tudo que está sendo dito interessa e é importante porque ajuda na compreensão do entrevistado, do grupo a que pertence e das lógicas da sua cultura. Neste tipo de entrevista, o pesquisador não visa a inquirir seu entrevistado, não julga seu discurso, suas atitudes, suas escolhas. Ele escuta (Travancas, 2014, p. 21).

Nessa mesma perspectiva, falando especificamente do jornalismo literário, Martinez (2008) defende que o repórter deve se portar como um ouvinte compreensivo e ativo – como fizeram e fazem, segundo a autora, o norte-americano Joseph Mitchell (1908-1996) e o brasileiro José Hamilton Ribeiro (1935-) –, capaz de estabelecer com o entrevistado uma relação de entendimento mútuo. A autora ainda destaca a importância de registrar, quando possível, diálogos que se dão entre os próprios membros da comunidade pesquisada, de modo a retratar interações ocorridas sem a intervenção do repórter. São orientações válidas também ao ofício do antropólogo.

Também tratando de técnicas e procedimentos de entrevista, Silva (2013) explica que, tão importante quanto elaborar as perguntas e escutar as respostas, é captar tudo o que acontece ao redor: o espaço em que se passou a conversa, o som ambiente, a linguagem corporal do entrevistado, e até as emoções provocadas no próprio entrevistador, que é parte indissociável do quadro. Gonçalves e Medina (2018) acrescentam a essa ideia o conceito de “signo da relação” (Medina, 2006), que indica o deslocamento da relação sujeito-objeto para sujeito-sujeito, dando relevo à capacidade do jornalista em produzir mediação-autoria, trazendo as múltiplas vozes do cotidiano e os significados histórico-culturais.

De acordo com Harrington (2003), o jornalista, ao longo de sua carreira, aprende a sentir o desconforto, a dor e a alegria apenas pelo tom de voz ou pelo ritmo de um gesto. Também aprende a fazer perguntas que outros jamais fariam porque sabe que determinadas respostas são necessárias para criar a cadência, a textura e a atmosfera da história, além de trazerem elementos informacionais que, traduzidos na reportagem, levarão ao público conhecimentos, visões de mundo e prazer de leitura. Para Harrington, essas são algumas das habilidades que o jornalismo poderia oferecer à antropologia. E sugere ir além disso, convocando antropólogos a construir textos cuja estrutura seja laboriosa para o autor, e não para o leitor – até porque, com este, o escritor dialoga a partir de todo um conjunto de obras já pertencentes a seu repertório cultural.

(...) você deve ir muito além de construir boas frases para renderizar cenas, capturar ação, selecionar detalhes, evitar o melodrama, moldar o material sem distorcê-lo, não ser muito óbvio, não ser

muito obtuso, equilibrar adequadamente o particular e o universal, impondo temas que legitimamente emergem de sua reportagem, estruturando histórias para que a percepção emergja, a ação se conclua, os personagens mudem e a tensão seja aliviada. Estes são todos desafios de escrita que trazem grandes implicações para a reportagem, e os jornalistas literários têm lutado com eles há muito tempo, construindo sobre os trabalhos uns dos outros por décadas. Em 1939, James Agee (2000) queria que *Let Us Now Praise Famous Men* evocasse a cadência da Bíblia. O internacionalmente famoso correspondente da Segunda Guerra Mundial Ernie Pyle escreveu histórias com o ritmo interessante de Hemingway. John Hersey (1989) modelou *Hiroshima* em *The Bridge of San Luis Rey*, de Thornton Wilder (1998). Gay Talese reportou e escreveu artigos como seu famoso perfil de Frank Sinatra para a *Esquire* para imitar a construção cena-a-cena de um romance. Jon Franklin (1994), autor do influente manual de jornalismo literário *Writing for Story* e duas vezes vencedor do Prêmio Pulitzer, emprestou o modelo de resolução de conflitos dos contos em seu jornalismo (Harrington, 2003, p. 97, tradução nossa).

Em suma, jornalistas literários e antropólogos devem vivenciar o campo atentos a quaisquer percepções e impressões não apenas para que capturem os elementos necessários à sua própria compreensão daquele universo, mas também para que possam, ao final da jornada, compartilhar seus achados.

3. A serviço de quê? De quem?

Se as aproximações entre o trabalho de campo do antropólogo e do jornalista literário se dão por conta de suas tarefas imediatas – a observação e a escuta do Outro e a coleta simbólica do cotidiano –, os distanciamentos se dão em razão dos papéis sociais, estruturas de produção e condições de trabalho distintas que cada um desses profissionais-pesquisadores carrega. Acima de tudo, um está a serviço da construção de um conhecimento circulado como científico e o outro está a serviço do jornalismo e da informação. Um responde à sua instituição de pesquisa e/ou à sua agência de fomento, estando sujeito aos padrões e cobranças de produtividade científica. O outro deve satisfação à empresa jornalística ou editora para a qual trabalha (como funcionário ou freelancer), estando submetido à linha editorial e aos mecanismos de arrecadação daquele jornal, revista ou site. As pesquisas de ambos visam, também, a uma legitimação social, o reconhecimento de seus pares – a comunidade científica ou o meio jornalístico – e, se possível, do restante da sociedade. Esses vínculos são inevitavelmente levados para o campo e influenciam o que acontece nele, demonstrando a fragilidade da já bastante problematizada ideia de neutralidade, tanto na ciência como no jornalismo. Nas palavras de Travancas:

A antropologia e o jornalismo produzem discursos em condições particulares e estas não são nem cultural nem socialmente neutras, ainda que nem sempre se procure enfatizar este aspecto. C. Geertz (1978) afirmava serem as etnografias ficções, não pelo fato de serem 'falsas', mas no sentido de serem 'algo construído' (Travancas, 2002, p. 3).

A escolha do objeto a ser pesquisado, ainda que seja uma etapa cumprida previamente, é um dos principais elementos a influenciar o trabalho de campo do jornalista literário e do antropólogo. Enquanto o antropólogo deve justificar cientificamente suas escolhas e a relevância de sua pesquisa tendo em vista o estado da arte da área e o impacto social do estudo proposto, o jornalista literário deve garantir que seu trabalho seja vendável, de interesse público e de interesse do público (Neveu, 2006), buscando, quando possível, trazer novidades, mesmo que a pauta permita uma abordagem mais ampla e "fria". O que o repórter faz em campo visa, no limite, à satisfação do público-alvo, seja como meta concreta verificável pela venda do seu produto, seja a partir de uma projeção do editor. Nesse sentido, Harrington argumenta:

No entanto, jornalistas continuam comprometidos com a ideia de que seu compromisso final é para com os leitores. (...) como jornalistas, não justificamos o que fazemos com referência à expansão de um corpo de conhecimento ou ao desenvolvimento de teorias preditivas da sociedade e do comportamento humano. De fato, a fraqueza dos jornalistas, como Randolph Fillmore disse, é que eles raramente colocam os indivíduos que capturam tão bem em um contexto cultural. (...) nós nos concentramos apenas em descobrir e registrar uma descrição e uma compreensão precisas e significativas. Nós atendemos às necessidades da 'história'. Fazemos isso porque somos também artistas. As pessoas não são obrigadas a ir ao nosso show. Elas não são obrigadas a ler nossos artigos. Devemos fazê-las querer ler nossos artigos (Harrington, 2003, pp. 100-101, tradução nossa).

Diante disso, é razoável supor que, de maneira geral, o antropólogo lide mais cautelosamente com suas questões metodológicas durante o trabalho de campo, visto que, mais tarde, essa transparência será cobrada pela comunidade científica. Ambas as disciplinas possuem certas normas essenciais e procedimentos clássicos para o campo, mas enquanto a etnografia tem em seu horizonte a produção de um trabalho científico – ainda que hoje isso esteja bastante em xeque dadas as discussões sobre os limites da representação (Ingold, 2011) –, o jornalismo literário pretende justamente se distanciar do objetivismo do jornalismo clássico, flertando com a literatura. Grande parte do trabalho e da formação do antropólogo se dá – e talvez excessivamente – sobre questões de método e procedimentos, sendo bastante cobrado sobre isso por seus pares. Pouca atenção é dada sobre o quanto o produto final

de seu trabalho poderá dialogar com o público para além dos muros da academia. Ao contrário, o hermetismo por vezes acaba se tornando um recurso barato, às vezes produzido inconscientemente como fruto indesejado do treinamento recebido, para simular erudição e produzir barreiras que protejam o autor de críticas mais ampliadas.

No caso do jornalismo literário, de maneira geral, somente chega ao leitor o resultado final de todo o trabalho, ficando à escolha do repórter revelar ou não os detalhes de seu processo de produção. Se o jornalista e o veículo para o qual trabalha tiverem credibilidade entre os leitores, estes subentenderão que aquela reportagem foi produzida de acordo com uma metodologia sólida e com os princípios da ética jornalística, ainda que esses preceitos nem sempre sejam suficientemente tratados ao longo da formação na área. Nessa perspectiva, sugerindo que o jornalismo também tem a aprender com a antropologia, Harrington afirma que jornalistas não são “treinados em métodos de pesquisa formais ou teorias. (...) Muitos jornalistas assumem que têm uma dívida com as aulas introdutórias de antropologia que tiveram na faculdade, onde foram apresentados às infinitas possibilidades de histórias embutidas na vida cotidiana das pessoas” (Harrington, 2003, p. 90, tradução nossa).

Contudo, há de se relativizar a ênfase que Harrington, no trecho acima citado, dá à falta de treinamento metodológico do jornalista, ao menos quando se observa a graduação típica brasileira. Embora – e este é o argumento aqui – existam diversos pontos de contato possíveis entre a metodologia antropológica e a prática de pesquisa do jornalismo literário, esse diálogo é praticamente ausente dos currículos tanto da comunicação social como da antropologia. Isso porque o jornalismo clássico desenvolveu sua metodologia particularmente tendo em vista padrões de objetividade, imparcialidade e isenção caros ao trabalho noticioso, factual. E, quando busca se aventurar em textos de outra ordem, em geral se preocupa mais com a qualidade estética do produto final, deixando de refletir sobre a ideia de que diferentes e mais humanísticas práticas de pesquisa são igualmente relevantes, inclusive para o conteúdo da matéria que se busca produzir.

Além das questões éticas existentes entre o jornalista literário e seu leitor e entre o antropólogo e a comunidade científica, outra discussão emerge quando se leva em conta a relação entre os profissionais-pesquisadores (antropólogos e jornalistas literários) e a comunidade pesquisada (o Outro). A princípio, tanto jornalistas como antropólogos precisam esclarecer às suas fontes quais são as finalidades e os métodos do trabalho que propõem, além de garantir o consentimento para o uso de registros em áudio e imagem. Entretanto,

se por um lado o antropólogo pode discorrer sobre seus entrevistados por meio de pseudônimos nos relatos etnográficos, de modo a protegê-los na medida do possível, por outro, o jornalista precisa dar nome e sobrenome reais a suas fontes, salvo raras exceções, para que sua reportagem tenha credibilidade entre os leitores.

Vale ressaltar que, no jornalismo, nem sempre o Outro é um simples personagem do cotidiano. Grandes celebridades e políticos já foram retratados pelo jornalismo literário, especialmente em textos do tipo perfil, dedicados a mostrar faces desconhecidas de pessoas já conhecidas do público. Exemplos disso podem ser encontrados na revista brasileira *Piauí* e na norte-americana *The New Yorker*. No jornalismo literário, é importante referenciar as fontes, especialmente quando se trata de pessoas públicas, mas tais sujeitos são entendidos em sua humanidade, suas vulnerabilidades e dúvidas. É justamente o vislumbrar das contradições desses sujeitos que vai permitir o processo de comunicação da complexidade da história, em seus diferentes pontos de vista e desenvolvimentos no tempo.

Assim, enquanto no jornalismo literário a referência às fontes cumpre a função de permitir a checagem do “verdadeiro” e a identificação de figuras (públicas ou não), na antropologia, ela apenas acontece quando não coloca em risco os sujeitos de pesquisa. Essa diferença está relacionada a questões de fundo cuja análise nos permite, inclusive, afirmar a posição do jornalismo literário num entremeio. O jornalismo noticioso lida com uma verdade factual que, em tese, poderia e deveria ser verificada pela confirmação daquilo foi dito pelas fontes. Justamente por isso, enxerga o dito (e os dados) como informações inteiramente objetivas, fazendo com que qualquer contradição seja vista como uma falsificação – uma mentira do jornalista ou da fonte. Já para a antropologia, o “quem”, aquele que forneceu a informação, tem menor relevância: o importante é analisar se o que foi dito ou apurado em determinado contexto permite algum tipo de desdobramento teórico.

Por fim, um último aspecto a ser comparado é a profundidade alcançada pelos trabalhos de campo do antropólogo e do jornalista literário. Uma vez que o antropólogo vai a campo com o objetivo de propor ou questionar teorias acerca de determinada comunidade, originando um material científico descritivo e interpretativo, espera-se que esse pesquisador dedique um longo período à vivência e às coletas em campo, muitas vezes abrindo mão de outros projetos. Não são poucos os antropólogos que passaram anos estudando uma mesma população ou grupo. De maneira geral, essa disponibilidade de tempo permite aos antropólogos mergulhar mais profundamente em seus

trabalhos de campo e explorar seus objetos mais amplamente do que fazem os jornalistas literários, que frequentemente têm de lidar com a pressão do *deadline* – ainda que seja de um livro – e realizar múltiplas reportagens simultaneamente. O problema é maior, obviamente, para os jornalistas que trabalham em jornais, revistas ou sites. Aqueles que se concentram na publicação de livros-reportagens – Gay Talese (1932-) e Svetlana Alexijevich (1948-) são alguns dos exemplos – costumam usufruir de mais horas, dias ou anos em campo.

4. Considerações

Neste artigo, buscamos identificar semelhanças e distinções entre o trabalho de campo realizado pelos jornalistas literários e pelos antropólogos ao longo da produção da reportagem literária e do conhecimento científico, respectivamente. Aqui, tratamos o jornalismo literário não como um gênero textual entre o jornalismo e a literatura, mas como uma prática que, apesar de guardar elementos de suas origens, tem construído um caminho autônomo, com processos particulares que vão desde a escolha da pauta até a entrega do material, tendo no trabalho de campo a sua maior potência. Sem os procedimentos de campo adequados, baseados na imersão atenta, na escuta e no olhar apurados para compreender e estabelecer relações com o Outro, o repórter não consegue, posteriormente, dar vida a uma reportagem narrativa, aprofundada e complexa – ainda que elaborada em linguagem simples, para o grande público.

Ao chamá-los de coletores do cotidiano, entendemos jornalistas literários e antropólogos como profissionais-pesquisadores que se dedicam a perceber e compreender comunidades – incluindo atores humanos e não humanos – a partir da coleta de elementos da vida comum, sejam eles estruturais ou simbólicos. Foi possível notar que, enquanto as semelhanças entre um e outro se dão no uso das técnicas de entrevista e de observação direta e participante – mesmo que não formalizadas como metodologia no trabalho do jornalista –, as distinções aparecem de maneira mais intensa quando analisadas as funções sociais desses dois tipos de profissionais e suas amarras com respectivos empregadores ou financiadores, com seus pares e com seus leitores. Em ambos os casos, nota-se que os procedimentos aplicados em campo são, inevitavelmente, atravessados por vinculações externas e pelos objetivos da pesquisa.

Acreditamos que as pontes entre as duas áreas podem ser

mutuamente benéficas, o que indica um caminho interdisciplinar a ser explorado tanto nos cursos de comunicação como no de antropologia. Há, ainda, a possibilidade de constituir intermeios desses intermeios: trabalhos que eventualmente consigam incorporar o rigor reflexivo e metodológico da antropologia com a qualidade artística e investigativa do jornalismo literário poderiam se constituir como obras que simultaneamente avancem o conhecimento antropológico e produzam narrativas jornalísticas de grande apelo junto ao público.

Lago ressalta que o olhar da antropologia pode ajudar a construir um jornalismo que seja capaz de incorporar o Outro em toda a sua complexidade, habilidade pouco fomentada não apenas na grande imprensa, mas também nos cursos de jornalismo brasileiros. Nas palavras da autora, “a antropologia tem muito a nos ensinar em termos de percepção do Outro. Não tanto por ser o lócus de gestão da alteridade enquanto construção científico-social, mas por ter sedimentado em seu campo uma antiga, extensa e profunda reflexão sobre as limitações quando o que está em jogo é o confronto entre diferentes” (Lago, 2010, p. 169). Nesse sentido, consideramos que a discussão entrecruzada com a antropologia pode contribuir para o percurso de consolidação do jornalismo literário como uma disciplina legítima e autônoma, reconhecida no âmbito acadêmico não apenas como subárea dos estudos literários ou da comunicação, mas como uma via com traços, práticas e objetivos próprios. É evidente que esse amadurecimento requer encontrar teorias e metodologias próprias, no entanto, entender a antropologia como parceira e como inspiração pode motivar novos caminhos de investigação e prática para o jornalismo literário.

Por fim, ressaltamos que outras comparações entre o jornalismo literário e antropologia certamente apareceriam caso se alargasse o foco para além do trabalho de campo – o que não é o escopo deste texto –, observando e comparando empiricamente também motivações e processos de produção, de pesquisa e de escrita vivenciados por esses profissionais-pesquisadores nas demais etapas de seu ciclo produtivo.

REFERÊNCIAS

Anpocs. (2006, 26 de outubro). *CA 02 - Parte 01 - Conversa com a autora: Mariza Corrêa (UNICAMP)* [Vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=3l1ejOXalD0>

Bak, J. S. (2011). Introduction. Introduction. In J. S. Bak & B Reynolds. (Orgs.).

Literary Journalism Across The Globe: Journalistic traditions and transnational influences (Ed. 1, pp. 1-20). Amherst: University of Massachusetts Press.

Brandão, C. R. (2007). Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Sociedade e Cultura*, 10 (1), pp. 11-27.

Corrêa, M. (2008). Não se nasce homem. In T. Joaquim (Org.) *Encontros Arrábida. Masculino/Feminino*. Lisboa: Afrontamento.

Gillespie, B. (2012). Building Bridges between Literary Journalism and Alternative Ethnographic Forms: Opportunities and Challenges. *Literary Journalism Studies*, 4 (2), pp. 67-79.

Gonçalves, G. O. & Medina, C. (2018). The Sign of Relation and the Challenges of Journalistic Narratives on the LGBT Community. *Brazilian Journalism Research*, 14 (1), pp. 54-75. Doi: 10.25200/BJR.v14n1.2018.1066

Harrington, W. (2003). What Journalism Can Offer Ethnography. *Qualitative Inquiry*, 9(1), pp.90-104. Doi: 10.1177/1077800402239342

Ingold, T. (2011). *Being Alive: Essays on movement, knowledge and description* (1ª Ed.) Nova Iorque: Routledge.

Malinowski, B. K. (1978). *Argonautas do Pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia* (2ª Ed.). São Paulo: Abril Cultural.

Martinez, M. (2008). The Good Listeners: Joseph Mitchell (U.S.), José Hamilton Ribeiro (Brazil) and Literary Journalism. *Brazilian Journalism Research*, 4 (1), pp. 121-139. Doi: 10.25200/BJR.v4n1.2008.139

Martinez, M. (2017). Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas. *Intercom - RBCC*, 40 (3), pp. 21-36. Doi: 10.1590/1809-5844201732

Martins, Eliane (2010, 5 de fevereiro). Entrevista – Eliane Brum. *Associação Brasileira de Imprensa Online*. Recuperado de www.abi.org.br/entrevista-eliane-brum/

Medina, C. (2006). *O signo da relação: Comunicação e pedagogia dos afetos*. [s.l.]: Paulus.

Medina, C. (1996). *Povo & personagem*. Canoas: Ulbra.

Necchi, V. (2009). A (im)pertinência da denominação “jornalismo literário”. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 6 (1), pp. 99-109. Doi: 10.5007/1984-6924.2009v6n1p99

Neveu, E. (2006). *Sociologia do jornalismo* (1ª Ed.). São Paulo: Edições Loyola.

Oliveira, L. R. C. (2007). *O Ofício do Antropólogo, ou Como Desvendar Evidências Simbólicas*. Brasília: DAN/UnB.

Pena, F. (2007). O jornalismo Literário como gênero e conceito. *Contracampo*, 17 (s.l.), pp. 43-58. Doi: 10.22409/contracampo.v2i17.349

Rovida, M. F. (2015). Etnografia e reportagem jornalística: aproximação possível para uma metodologia de pesquisa empírica. *Libero*, 18 (35), pp. 77-88.

Seibt, T. (2013). Filho da Rua: jornalismo etnográfico ou reportagem de ideias?. *Verso e Reverso*, 27 (65), pp. 102-107.

Silva, K. G. F. (2013). O etnógrafo e o jornalista: o olhar e a escuta como ferramentas de trabalho. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 10 (1), pp. 41-51. Doi: 10.5007/1984-6924.2013v10n1p41

Singer, J. B. (2009). Ethnography. Journalism and Mass Communication Quarterly, 86(1), pp. 191-198. Doi: 10.1177/107769900908600112

Travancas, I. (2002). Jornalistas e antropólogos – semelhanças e distinções da prática profissional. In Anais, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação (Vol.1), Salvador, BA, Brasil.

Travancas, I. (2014). A experiência do trabalho de campo no universo da comunicação. *Revista Extraprensa*, 7 (2), pp. 19-25.

Beatriz Guimarães de Carvalho é jornalista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural (PPG-DCC) do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: bz.guimaraes@gmail.com.

Rafael de Almeida Evagelista é doutor em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É pesquisador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Unicamp e professor da Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural (PPG-DCC) da Unicamp. E-mail: rae@unicamp.br.

RECEBIDO EM: 28/05/2018 | ACEITO EM: 01/09/2018